

SERES HUMANOS E INCLUSÃO

Vera Regina Mazureck
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

Geraldo Antonio da Rosa
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

Eixo temático 5: Educação, diversidade e justiça social

RESUMO

A construção da história da humanidade é a construção de tipos humanos. De ideais humanos. Com a filosofia, os homens (e mulheres) descobrem a delícia de abstrair e julgam ter encontrado o ápice do viver. Nestes exercícios, geraram riquezas em conceitos, conclusões, caminhos, sabedoria por onde verte a vida. Estamos nos referindo aos grandes pensadores gregos. Raramente, alguém ao tecer conhecimento, deixa de citar os sábios da Grécia clássica. Ao longo da história, houve mudanças de foco para onde convergiram as ações: do centro em Deus, para o centro no Homem, do centro no Homem para o Humano, no entanto os anseios profundos, de bem estar, satisfação, superação, podem ser equiparados. Em quantos momentos, a humanidade pensou ter encontrado a melhor maneira de solucionar seus problemas, porém sempre parcialmente. Houve momentos em que as soluções pareciam poder chegar a todas as pessoas, como por exemplo, na proposta de Ford, no entanto as conseqüências geradas foram também surpreendentes. As relações são complexas, assim como é complexa a trajetória das pessoas que pela própria condição humana, são diferentes, ou seja, precisam superar dificuldades decorrentes de seu físico ou de sua mente, de sua etnia ou condição social. É neste campo, que somos convidados a lançar as sementes e cultivar a fim de que produzam bons frutos. Cultivar, neste caso, significa conhecer a legislação, compreender as possibilidades e criar condições que garantam a *todas* as pessoas o direito à profissionalização e autonomia que a dignidade humana exige.

Palavras-chave: Ser humano. Diferenças. Profissionalização.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido um assunto recorrente nas discussões educacionais, porém algumas inquietações advêm das práticas nos diversos âmbitos da sociedade como um todo, incluindo, sem dúvida a educação. Em termos de legislação temos avançado sensivelmente e desde a conferência de Salamanca (1994) convivemos com o termo inclusão emergiram inúmeras discussões em torno do sentido semântico de várias palavras e expressões utilizadas a respeito do assunto. Nossa proposta é discorrer a respeito não só de palavras e seus significados, de leis e suas normatizações, mas do ser humano que, devido algumas limitações, especialmente física ou mental, tem sido tratado como “diferente”. Neste sentido, vamos percorrer nossa história da educação e

perceber sob a ótica da inclusão, quando e como aparecem ou não, pessoas com necessidades específicas, sobretudo ligadas a limitações físicas ou mentais. Tomaremos o recorte da educação no ocidente desde a Grécia até a atualidade brasileira, observando que propostas de profissionalização ocorrem nos vários momentos, os desafios, os suportes, os aportes legais, dificuldades e avanços experimentados com o uso da técnica, da ciência médica, da psicologia, psiquiatria, ou seja, das equipes multidisciplinares.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Aproximações desde a Grécia

Partimos do pressuposto de que enquanto humanos, assim o somos por características específicas comuns e neste sentido a palavra “incluir” soa estranha porque incluímos aquilo que está fora. Questionamos a inclusão de que se fala, se ela refere-se aos espaços comuns desde a família, escola, associações, comércio, espaços de lazer ou é apenas um conceito? Como fazer com que todas as pessoas vivam, como diz CHATELET (1994 p.23), “com cores divinas, isto é, fora da imoralidade e na transparência da verdade.”

A mitologia grega fazia crer que as malformações tinham causas nas relações entre divindades, explicando com isto o que naquele momento não tinha explicação. A sociedade grega, extremamente seletiva e exigente, eliminava quem ao nascer apresentasse certas diferenças. Talvez isto justifique a ausência de pessoas “diferentes” nas narrativas de fundação do museu e da biblioteca de Alexandria, das proposições de tantos filósofos, em que as belezas do corpo e depois as do pensamento concentravam os esforços. Na vasta bibliografia de Galeno observamos que se ocupa da psique, quando em sua segunda doutrina básica Onde se percebe a pessoa além de um corpo físico e seu equilíbrio de humores. (CAMBI, 1999 p.367).

retoma a distinção platônica da alma em 1) alma racional, 2) irascível e 3) concupiscível, inserindo-a em novo contexto antropológico, anatômico e fisiológico. A alma racional ou intelectiva tem sede no cérebro, a irascível no coração e a concupiscível no fígado. A alma racional inserida no cérebro tem seu veículo no pneuma animal ou psíquico (sopro, ar) que circula através do sistema nervoso. Galeno acena ainda para um pneuma vital que circula no coração e nas artérias (...) Essa retomada das três partes da alma de Platão assinala uma materialização da alma, no sentido que a alma racional parece ser uma função ou faculdade do cérebro, a irascível uma função do coração e a

concupiscível uma função do fígado, agindo no organismo inteiro respectivamente através do pneuma psíquico, do pneuma vital, (...)

Avançamos no tempo e encontramos a paidéia grega, que tem como fim o homem da polis, culto, com domínio da retórica e a pronúncia, “ pois o homem ideal é aquele que reúne em si capacidade de palavra, riqueza de cultura e capacidade de participar da vida social e política como protagonista” (CAMBI, 1999:109). Não existe a preocupação com aqueles e aquelas que por diferentes situações não dominassem tais atributos. Cícero, para quem a formação deve ser de dedicação, não autoritária, não tradicional e de participação afetiva, parece acrescentar ao universo educacional uma visão mais humana e menos agressiva ou exclusiva. Cícero fala de amizade como meio educativo para se enfrentar a velhice com sabedoria. Assim, o helenismo assume aspectos mais éticos e antropológicos com o respeito pelo idoso. Com a influência romana, a paidéia assume o caráter mais prático, o que importa é o fazer, rompendo com a ideia de que o trabalho pertence ao escravo e aquele que executa tarefas tem menos valor do que aquele que pensa. Este feito dará início ao “eixo educativo adequando à formação humana liberal” (CAMBI, 1999:112) onde “os artesãos foram e permaneceram predominantemente homens livres ou libertos e entre eles, se desenvolveu com muita força a ideologia do trabalho” (CAMBI, 1999: 115) e a escola profissional, especialmente a medicina. Neste modelo, os artesãos também são inseridos na vida escolar, que, neste caso, significa aprender o ofício. Encontramos, então, pelo menos dois tipos de cidadãos: um é o que pensa, o mais nobre, o outro é o que executa, assim as escolas são específicas para as funções, como exemplo, o soldado, é “adestrado” para prestar serviço sem poupar-se e ser fiel ao imperador.

2.2. A Contribuição Cristã e um novo paradigma

Com o cristianismo, o ideal passa a ser o seguidor, o crente, o “imitador de Cristo”, relendo Platão, Orígenes e Clemente dão um novo sentido também ao papel do educador, que se torna guia espiritual e cultural, com enfoque intelectual e moral, de renúncia e de mortificação com um processo formativo que disciplinava a vida interior de paixões submetendo-as à fé, por meio do trabalho e da contemplação. Introduz-se aqui uma nova categoria formadora: a família. Conforme relata CAMBI (1999: 134)

A cultura cristã atribui um papel exemplar à infância, sublinhando sua ingenuidade e inocência, por um lado, mas também retoma as avaliações do mundo antigo, que viam o menino como um ser

inferior, irracional, às vezes malvado, por outro, oscilando depois – durante séculos e séculos – entre esses dois *topoi* que refletiam bem a dupla tensão que anima o cristianismo primitivo: a igualitária, revolucionária, confiante nos valores mais propriamente humanos dos Evangelhos, e aquela outra mais pessimista, dramática e repressiva da mensagem paulina

É importante destacar ainda dos fundamentos da pedagogia cristã, os princípios filosóficos do platonismo, como “o inatismo da verdade, o dualismo alma/corpo; a ascese ética e mística, sobretudo do neoplatonismo” CAMBI (1999: 135), que, porém se diferem da paidéia clássica por “seu caráter pessoal, sua dramaticidade, sua oscilação entre cultura e ascese, sua referência a um Mestre supremo” CAMBI (1999:137).

2.3. O pensamento moderno: primazia da razão

A partir dos pensadores modernos, vai-se construindo uma nova visão da pessoa e nesse sentido encontramos Descartes que, movido pelos progressos científicos, desenvolve seu projeto filosófico a partir de pesquisas biológicas e fisiológicas, considerando o corpo humano como uma máquina. Seu projeto não considera mais Deus como o centro, mas o homem como ser racional. Seu constante estado de insegurança, angústia e incertezas, o sofrimento pela perda da filha aos cinco anos, os livros proibidos de serem lidos em Universidades, mostram a força inovadora de seu pensamento. A expressão a seguir reflete o que sentia: “encontrei-me tão perdido entre tantas dúvidas e erros que me parecia que, ao procurar me instruir, não havia alcançado outro proveito do que ter descoberto cada vez mais a minha ignorância.” REALE (1991: 357) Percebe-se em Descartes, um ser humano sofrendo as vicissitudes de ser humano, e pondo em cheque “verdades” até então mantidas a força de lei. Para Descartes, é preciso pensar segundo a verdade e viver segundo a razão, por isso o ideal da educação é que o Sol (razão) ilumine todas as ciências. A marca de um cristianismo muitas vezes pouco cristão, sofreu críticas e deu origem a pensadores, cientistas, estudiosos tais como Locke, Berkeley e Hume que aproveitando as idéias do iluminismo, discutem o conhecimento inato e apostam nas idéias que derivam da experiência. Para Locke a identidade de uma pessoa é determinada pela identidade da consciência e depende de seu corpo. O ideal de pessoa, do empirismo de Locke, é a pessoa que pela liberdade individual tem posse de bens e opta por viver ou não em determinada sociedade. Berkeley, dentro da mesma linha de pensamento, diferindo, porém do significado de idéia, afirma que “nada pode haver nos objetos exceto o que os sentidos nos dizem

sobre suas propriedades” HAMLYN (1999:211) Berkeley em sua explicitação, menciona um cego como alguém apenas privado da capacidade de ver, assim:

Se um cego de nascença, caso sua visão fosse restaurada, perceberia imediatamente a distância das coisas ou coisas à distância – é não. Ele precisaria de experiência para ligar as idéias de vista às idéias de tato. Esse problema ainda é discutido hoje, mas não é fácil chegar à solução por meios empíricos por causa dos hábitos desenvolvidos pelos cegos em sua dependência do tato e de outros sentidos, e também por causa das condições em que qualquer restauração da vista teria que ocorrer.

Ao lado de Locke e Berkeley, Hume considera que os princípios de justiça, moral e regras de interesse público são movidos pela utilidade que possuem em relação à felicidade.

Consideramos ainda a contribuição do pensamento de Kant, reconhecido como o Sócrates da realidade. Ele defende que as sensações e sentimentos são resultado daquilo que passou pelos “filtros” de nosso corpo: os sentidos. E, conclui: o conhecimento se dá pela razão. As aparências devem ser consideradas apenas como representações, não coisas em si, e tempo e espaço são, por conseguinte apenas formas sensíveis de nossa intuição, não determinações. O ideal de homem para Kant é aquele que chega à autonomia, passando pela heteronomia, que utiliza seu livre arbítrio, ou seja, é capaz de julgar suas possibilidades e escolher aquilo que a razão (que é prática) elegeu após os fatos passarem pelas lentes dos sentidos. O bem maior é a boa vontade e o dever é a necessidade de agir por respeito à lei. “O princípio racional deve governar a vontade” HAMLYN (1999: 277).

2.4. O legado de revoluções

Do racionalismo vamos para o positivismo, para o qual a ciência é o único meio de se chegar à solução dos problemas humanos e sociais. Um representante deste pensamento, Augusto Comte, defende que a humanidade passa por três estágios: o teológico, como ponto de partida necessário e que corresponde ao poderio militar; o metafísico que significa a transição começando com a Reforma protestante e terminando com a Revolução Francesa; e o terceiro estágio, positivo que corresponde à sociedade industrial. Neste,

[...] o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter conhecimentos absolutos, renuncia a perguntar-se qual é a sua origem, qual destino do universo e quais as causas íntimas dos fenômenos para procurar somente descobrir, com o uso bem combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é,

as suas relações invariáveis de sucessão e semelhança HAMLYN (1999: 299)

Neste pensamento, o ideal de homem se dará na superação matemática das ciências positivas por ordem de “complicação: astronomia, física, química, biologia e sociologia” HAMLYN (1999: 303) Este homem é capaz de “regenerar a sociedade com base no conhecimento das leis sociais que assume a forma de religião na qual o amor a Deus é substituído pelo amor à humanidade” HAMLYN (1999: 304), pois esta é o “Ser que transcende o indivíduo” HAMLYN (1999: 304)

O positivismo influenciou vários setores de organização da sociedade e citamos vertente do positivismo utilitarista de Stuart Mill REALE (1990:), na qual é expresso o problema de Malthus: a necessidade de alimento para a vida dos homens e o crescimento da população devido à contínua atração entre os sexos, por isto a necessidade de controlar o crescimento da população. Sua proposta foi a da contenção moral, solução não apreciada, porém a questão população versus recursos naturais, continua.

Na economia, Adam Smith, firma os princípios do liberalismo, baseado nos princípios de que o resultado do trabalho cria bens com valor de troca, os produtores de bens imateriais só contribuem indiretamente para a formação da riqueza e que “alcança-se o ápice da sabedoria quando o Estado, deixando cada indivíduo livre para alcançar o máximo bem-estar pessoal, assegurar automaticamente o máximo bem-estar a todos os indivíduos” REALE (1990:311) Ao lado Smith, construíram-se o utilitarismo de Robert Owen, o socialismo utópico de Jeremiah Bentham, para quem se deve buscar “a máxima felicidade possível para o maior número possível de pessoas” REALE(1990: 313) e juntamente com James Mill e John Stuart Mill, representam este modo de pensar em que afirmam: “Os prazeres da vida (...) são suficientes para fazer dela uma coisa agradável quando colhidos de passagem, sem considera-los como objetivos principais” REALE (1990: 319).

Estas contribuições trazem consigo a história da humanidade e evolução do pensamento com a influência da psicologia descritiva de Bretano (1838-1917) que afirma ser a natureza da mente determinada por certo número de “atos”, estes por sua vez dividem-se em três, a saber, a representação, o juízo e o que chamava de “os fenômenos do amor e do ódio” HAMLYN (1999: 382), por isso fenomenologia, ou seja, aquilo que se mostra – a evidência. A fenomenologia não elabora hipóteses, vê o fenômeno em si. Nesta linha, contamos com a contribuição de Husserl, se assemelhando

à epistemologia genética de Jean Piaget, embora não pensasse que os processos de derivação tivessem sentido temporal e se aplicassem ao indivíduo.

A contribuição de Heidegger se dá no sentido de que a existência é estar no mundo, que o relógio nada tem a ver com o tempo e o “futuro é um conjunto de possibilidades abertas” HAMLIN (1999: 387) que influenciou Sartre, para quem o indivíduo é livre e através de suas escolhas, constrói-se. Sartre tentou aproximar seu pensamento do marxismo, porém não conseguiu coerência na superação das dificuldades em relações pessoais transcendidas pela ação coletiva de Marx. Merleau Ponty, rejeita a idéia de que temos o mundo pelos sentidos, bem como fruto de nosso juízo, para ele, o papel do corpo é supremo, pois é por ele que as pessoas se concretizam e se relacionam.

2.5. Continuamos a história

Quem são os destinatários do ideal de “ser humano” ou “pessoa” de cada momento histórico, ou idealizado pelos pensadores. Rer os filósofos sob a ótica da inclusão desperta inquietações, pois nos relatos não observamos que seja mencionada a preocupação com pessoas que tenham deficiências, considerando também a evolução dos conceitos. Sem a intenção de esgotar o tema, pelo contrário apenas lançando um olhar um pouco mais localizado, percebemos o quão recentemente esta questão passou a ser considerada de forma mais abrangente e efetiva. Ao tomarmos em mãos textos da década de 80, encontramos o termo “portadores de deficiência”, termo hoje superado por se entender que a pessoa possui uma diferença, ou uma deficiência, e não porta, no sentido de que algo que se porta, pode-se deixar de portar. E uma deficiência, não permite tal escolha. Sim encontramos avanços, e novamente nos perguntamos. Estes avanços contemplam que pessoas? Quantas pessoas? É ilusão pensar que um decreto resolve as situações. Levamos décadas para tomar conhecimento de certos direitos e torna-los funcionais. O maior estímulo foi da Conferência de Salamanca em 1994, de onde surge a prática da inclusão.

“Não se nega a existência da patologia, mas se convida à reflexão sobre o grau de responsabilidade no surgimento desta patologia e sobre a facilidade muitas vezes apressada e irresponsável de se desvencilhar de crianças física e mentalmente diferentes e cujo comportamento não se enquadra nos moldes oficiais”. (GOERGEN 1985)

Em 1937, Getúlio Vargas, chamou de ensino emendativo (JANUZZI, 2000). A LDB 5692/71 indicava o recebimento para atendimento especial e a 9394/96, fala da equidade que elimina a discriminação, introduz uma nova relação mais igualitária onde havia uma relação de desigualdade. Observemos as palavras: “eliminar a discriminação” E podemos nos perguntar o significado da expressão ou pelas ações que daí advieram e o tipo de discriminação que foi eliminado. Sabemos que lei nenhuma por ela mesma modifica uma situação. Necessário se faz todo um movimento na sociedade e seus organismos para eliminar a discriminação que supõe a superação de um paradigma de exclusão presente nas palavras, nas relações, nos costumes, na literatura e principalmente que o aparato legal garanta para todas as pessoas os direitos. E, infelizmente, facilmente relatamos fatos discordando com o que está “assegurado” na lei.

Um exemplo destas ações vem sendo implementado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nestes, existem os NAPNES (Núcleo de atendimento a pessoas com necessidades específicas) que tem como objetivos acompanhar, apoiar, promover e estimular a inclusão e oferecer aos estudantes o suporte que se fizer necessário ao desenvolvimento eficaz do processo de formação cidadã e profissional. Os Institutos Federais possuem uma Reitoria e várias unidades de ensino espalhadas pelos estados da Federação. Nestas unidades chamadas campus, podem ocorrer diversas situações de pessoas com necessidades específicas, cujo suporte se faz necessário desde o processo seletivo até a identificação de casos pós ingresso do estudante no curso, gerando emergências multidisciplinares (uma pessoa com várias necessidades ou várias pessoas com necessidades diferentes).

Um outro aspecto a considerar, para além da pedagogia, é a andragogia. Estamos tratando aqui de um modo diferenciado de se trabalhar com adultos que estão sendo preparados para assumir uma profissão, ou já estão atuando. Isto demanda do docente estratégias também diferenciadas. Somente será adequado quando o conhecimento levar em conta o que o estudante traz, as suas experiências e necessidades, e o que o fizer alcançar sua autonomia econômica e social mediante um bom patamar profissional.

A legislação garante o acesso e permanência de qualquer pessoa, indiferente das peculiaridades. Como isto acontece de fato? Analisamos de que forma esta inclusão se dá na sala de aula, nos documentos institucionais e no dia-a-dia das pessoas. Estamos tratando do problema dentro de uma instituição de ensino profissionalizante, o que por si já refere ao comprometimento social. Incluir no ensino profissionalizante pessoas em suas particularidades, requer dos envolvidos, conhecimentos, atitudes e equipamentos

que permitam às pessoas, considerando suas limitações, alcançarem a autonomia e o exercício pleno da cidadania. Neste contexto tanto a prática pedagógica, como a formação dos docentes está em questão, pois somente agir de modo adequado aquele profissional que possui conhecimento necessário a promover alternativas que venham a favorecer a formação específica e eficiente. É importante destacar, que estas ações sejam desprovidas “do peso imaginário de tarefas impossíveis”, de que fala Assman (Assman, 2000, p. 19) porque a vida das pessoas é bem real. Um trabalho responsável, inclusivo e eficaz é aquele que procura contribuir para a superação da situação limitadora em que se encontra o estudante e o próprio processo educacional como um todo, como afirma Boff: “Por isso, não cabe separar mas compor, incluir ao invés de excluir, reconhecer, sim, as diferenças mas também buscar as convergências e no lugar do ganha-perde, buscar o ganha-ganha.”

Uma das lacunas dos atuais processos educacionais é uma formação profissional “forjada com e não para” (Freire, 1968, p.17) que considere a pessoa com deficiências, e tenha um currículo voltado para estas pessoas, na busca de uma “nova consciência e visão inclusiva” (Boff, 2010), geradora de relações sociais de parceria positiva entre todos os envolvidos. Somente uma caminhada histórica de conquistas relacionadas aos direitos e desenvolvimento de potencialidades de pessoas com necessidades específicas, bem como oportunidades educacionais, econômicas, sociais e políticas, somada ao esforço e investimento de tecnologia e ciência em favor destas pessoas, garante sua autonomia e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa em andamento, podemos relatar alguns movimentos gerados pela mesma e que são decorrentes do fato de que o primeiro estudante com deficiências múltiplas ingressou na Instituição como cadeirante e os docentes perceberam suas dificuldades de aprendizagem e iniciamos um trabalho conjunto de investigação das reais condições mentais do estudante e principalmente assumimos o compromisso de aprender junto com o estudante a forma de permitir que o mesmo permaneça e conclua com sucesso sua vida acadêmica independente de suas limitações. O desejo do estudante é o de poder executar atividades profissionais de forma a tornar-se independente economicamente, e esta é a função da escola profissionalizante. Nossas principais dúvidas se referem à certificação, uma vez que a possibilidade de o estudante

não conseguir assimilar determinados conhecimentos constantes do currículo do curso é grande. Daí surge a necessidade da adaptação curricular que está em construção bem como o desafio de permitir ao estudante responsabilizar-se profissionalmente pela execução das atividades para as quais foi certificado.

O que ocorre de fato é que esta história precisa ser construída, que é necessário colocar a tecnologia a serviço das pessoas e que todas tem direito a cidadania incluindo a realização profissional.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo:UNESP, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Del Oprimido**. Santiago: Studio 3 Latinoamerica, 1971.

GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAMLIN, D.W. **Uma História da Filosofia Ocidental**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1999.

JANUZZI, Gilberta S. A educação do deficiente no Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: A formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2001.

REALE, Giovanni; ANTISIERI, Dario. **História da filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

_____. **História da filosofia: do humanismo a Kant**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1991.

_____. **História da filosofia: do Romantismo aos nossos dias**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1990.